



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

A DIREITO(S):

Migração, desenvolvimento e direitos humanos em países de África, Caraíbas e Pacífico



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



International Organization for Migration (IOM)
Organisation internationale pour les migrations (OIM)
Organizacão Internacional para as Migrações (OIM)



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Swiss Confederation

IOM Development Fund

Developing Capacities in
Migration Management



Nota de informação

ACPOBS/2012/NI11

2013

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quênia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2013 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2013 Observatório ACP das Migrações

Documento preparado por Leila Marzo, antiga Investigadora Júnior, e Susanne Melde, Investigadora no Observatório das Migrações ACP. Os autores gostariam de agradecer a Olivier Ferrari, Christina Oelgemöller, Monika Peruffo e Kristina Touzenis pelos seus válidos comentários num plano anterior.

Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

A direito(s):

***Migração, desenvolvimento e
direitos humanos em países de
África, Caraíbas e Pacífico***

1. Introdução

A protecção e o respeito pelos direitos humanos dos migrantes, conforme estabelecido pela legislação internacional, regional e nacional, são necessários para assegurar que as pessoas levam uma vida segura e produtiva, bem como para garantir o respeito pelas leis e a criação de uma sociedade mais produtiva e a funcionar plenamente. Não obstante, **a violação dos direitos humanos dos migrantes ainda é muito disseminada e comum na migração internacional** (GMG, 2008). A violação dos direitos pode ser **causa e consequência da migração**, fazendo do respeito pelos direitos humanos **uma questão significativa no país de origem, em trânsito e no país de destino entre os países ACP**.

O regime legal que rege a mobilidade humana divide-se em diferentes sub-categorias. Estas são:

(1) a lei dos tratados internacionais,

(2) direito consuetudinário, and

(3) direito indicativo, ou seja, instrumentos não vinculativos adoptados pelos Estados e por organizações intergovernamentais.

A questão relativa à implementação das convenções internacionais dos direitos humanos ao nível nacional assenta no facto de distinguir frequentemente os cidadãos dos não cidadãos. Através dos direitos dos cidadãos, o poder do estado foi limitado (assim como a possível arbitrariedade). **A cidadania actual baseia-se na compreensão de que os direitos e a filiação política estão relacionados com o facto de ser membro de um estado-nação** (Basok et al., 2006), que, por definição, não inclui os migrantes enquanto residentes noutro país. A cidadania garante a existência do poder do Estado sobre os cidadãos nacionais (Siciliano, 2012: 121). Apesar de com o aumento da importância dos intervenientes não estatais, tais como empresas transnacionais, o papel do estado ter sido afectado, este continua a ser o principal detentor de deveres para com os cidadãos e a sua protecção. Ao mesmo tempo, **a soberania do estado também define quem pode entrar num país e fazer parte da sua jurisdição, neste caso os migrantes**. Assim, existem claramente aspectos relacionados com os direitos humanos no que diz respeito às questões tradicionais de soberania sobre admissão, tratamento e remoção de cidadãos não nacionais, sendo que não se registou muito sucesso na reconciliação destes diferentes elementos dos direitos humanos dos migrantes com a soberania (Goodwin-Gill, 2000: 164).

Embora não seja um tópico novo, nem um tema com falta de suporte legislativo, **a implementação de normas internacionais e regionais ainda representa de certa forma um desafio significativo**. Esta nota de informação oferecerá uma

descrição geral de alguns dos principais aspectos relativos aos direitos dos migrantes para destacar o debate e as questões em causa, centrando-se nos países ACP. Serão apresentadas boas práticas, em conjunto com recomendações sobre como promover uma abordagem baseada nos direitos para a migração e o desenvolvimento.

2. Direitos humanos dos migrantes

A legislação relativa à migração internacional, de que faz parte estipular os direitos humanos dos migrantes, foi comparada com um puzzle, com muitas peças que têm de ser coordenadas para obter a imagem completa (Lillich, 1984: 122). O regime legal que rege a mobilidade humana divide-se em diferentes sub-categorias. Estas são: (1) **a lei dos tratados internacionais**, (2) **direito consuetudinário** e (3) **direito indicativo**, ou seja, instrumentos não vinculativos adoptados pelos Estados e por organizações intergovernamentais (Chetail, 2012).¹

2.1 Tratados internacionais relativos aos direitos humanos relevantes para a migração

Há **nove tratados principais relativos aos direitos humanos**.² Os migrantes são contemplados com direitos fundamentais enquanto seres humanos, que constam dos principais Pactos sobre os Direitos Humanos indicados acima, ao passo que determinados sub-grupos de migrantes são cobertos pela protecção estipulada em **tratados especiais**. Estes incluem migrantes laborais,³ vítimas de

1 Estas podem incluir declarações e recomendações formuladas por entidades internacionais que oferecem orientação relativamente à interpretação de convenções internacionais e promovem a cooperação intergovernamental.

2 Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (entrada em vigor: 1969); Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (entrada em vigor: 1976); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (entrada em vigor em 1976); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (entrada em vigor em 1981); Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (entrada em vigor: 1987); Convenção sobre os Direitos da Criança (entrada em vigor: 1990); **Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias** (entrada em vigor: 2003); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (entrada em vigor em 2008); Convenção Internacional sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (entrada em vigor em 2010).

3 Os acordos internacionais incluem a Convenção da OIT N.º 29 relativa ao Trabalho Forçado (entrada em vigor: 1932); Convenção da OIT N.º 87 relativa à Liberdade de Associação e Protecção do Direito de Organização (1950); Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (1951); Convenção da OIT N.º 97 relativa aos Trabalhadores Migrantes (1952); Convenção Suplementar relativa à Abolição da

tráfico de pessoas e migrantes sujeitos a tráfico ilícito,⁴ refugiados e requerentes de asilo,⁵ pessoas deslocadas internamente (IDP) e direitos cobertos pela legislação consular e diplomática.⁶ A legislação comercial,⁷ marítima e aérea também são aplicáveis a determinadas pessoas em movimento (Chetail, 2012). Assim, **não só a legislação relativa aos direitos humanos é relevante, como também o são os acordos internacionais temáticos ou centrados em grupos.**

Para além disso, concluíram-se vários acordos ao **nível regional**. Alguns centram-se nos direitos humanos⁸ e outros nos direitos relacionados com a livre circulação.⁹ Tendo em conta o elevado número de grupos regionais a que pertencem os países ACP, sendo que vários pertencem a mais do que um, e a predominância da mobilidade intra-regional, a componente regional parece ser outro nível relevante de envolvimento nas questões dos direitos nos países ACP. **A harmonização das leis nacionais existentes, com as estruturas e os protocolos regionais implementados, deve ser considerada uma prioridade paralelamente com as obrigações internacionais** (consultar Oucho et al., 2013 para a Comunidade da África Oriental).

Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão (1957); Convenção da OIT N.º 105 relativa à Abolição do Trabalho Forçado (1959); Convenção da OIT N.º 111 relativa à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1960); Convenção da OIT N.º 118 relativa à Igualdade de Tratamento dos Nacionais e Não Nacionais em matéria de Segurança Social (1964); Convenção da OIT N.º 143 relativa às Migrações em Condições Abusivas e à Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (1978); Convenção da OIT N.º 182 relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com vista à sua Eliminação (2000).

- 4 Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional (2003); Protocolo relativo à Prevenção, Regressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2003); Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2004).
- 5 Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1954, e Protocolo de 1967 relacionado; Acordo relativo aos Marinheiros Refugiados (1961) e Protocolo do Acordo relativo aos Marinheiros Refugiados (1975).
- 6 Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1964); Convenção de Viena sobre as Relações Consulares (1967).
- 7 Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) (1995).
- 8 Relevantes para os países ACP: Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981; Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança de 1990; Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência de Pessoas Deslocadas Internamente em África de 2009 (Convenção de Kampala); Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969.
- 9 Em África: Protocolo relativo à Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimento de 1979; Protocolo de Estabelecimento do Mercado Comum da Comunidade da África Oriental (PEACCM) (2009); Protocolo sobre a Livre Circulação e Direito de Estabelecimento de Cidadãos Nacionais de Estados-Membros na Comunidade Económica dos Estados da África Central de 1983; Caraíbas: Mercado e Economia Únicos das Caraíbas (1989) e acordo sobre a portabilidade de benefícios sociais, 1997.

Uma questão essencial relativamente à lei da migração internacional é **a ratificação de tratados versus a sua implementação**. Quando é assinado um tratado internacional, geralmente pelo Chefe de Estado, um estado deixa de poder tomar medidas contrárias às obrigações constantes do instrumento. Através da ratificação ao nível nacional, o estado tem obrigação relativamente à implementação. A ratificação significa que é necessário aprovar novos instrumentos legais ao nível nacional e rectificar as leis existentes se forem contrárias ao objectivo do tratado. No entanto, a aprovação de leis nacionais não garante a sua implementação na prática, devido a diferentes motivos. Em alguns casos, os países assinam e ratificam uma convenção sem a vontade política nem as capacidades para realizar e proteger esses direitos (Hafner-Burton e Tsutsui, 2005).

2.2 Direito consuetudinário

Determinadas normas relativas aos direitos humanos são consideradas *jus cogens*, ou normas obrigatórias, na legislação internacional. Os **princípios da não discriminação e da igualdade perante a lei** são normas obrigatórias. Estes direitos fundamentais significam que ninguém deve ser discriminado no que diz respeito à aplicabilidade das leis nacionais. O princípio da igualdade perante a lei aplica-se também aos migrantes e foi destacado várias vezes por organismos de monitorização regionais e internacionais. O **tratamento diferenciado dos migrantes/não nacionais**, que é diferente do princípio da não discriminação, é justificável quando **inserido na implementação de uma política de imigração do Estado**, deixando grande margem de manobra aos Estados (Chetail, 2012). Na prática, isto costuma dar origem, em particular, a que os migrantes irregulares não disponham dos mesmos direitos que os residentes legais devido ao estatuto irregular dos migrantes, estabelecido pela entrada ilegal num país.

O Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos considerou que **os trabalhadores sem documentos não poderiam ser alvo de discriminação no usufruto dos seus direitos de segurança social e laboral** (Chetail, 2012; Weissbrodt e Divine, 2012).¹⁰ A Argentina é um bom exemplo de como os estrangeiros são tratados com igualdade na lei relativa à migração de 2004, incluindo os migrantes irregulares. Esta política funcionou como modelo para as reformas da lei da migração noutros países na região da América do Sul.

¹⁰ Parecer consultivo sobre “Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Sem Documentos”, 2003.

3. A importância de proteger os direitos dos migrantes

Tendo abordado a estrutura legal, esta secção destaca os **principais aspectos que fazem dos migrantes um grupo que necessita de um nível de protecção superior**: a sua **vulnerabilidade**, **exclusão** e **envolvimento no sector informal**, relacionados com os dois aspectos anteriores.

Principais aspectos que fazem dos migrantes um grupo que necessita de um nível de protecção superior:

- a sua **vulnerabilidade**,
- a sua **exclusão**, e
- seu **envolvimento no sector informal**.

3.1 Vulnerabilidade

Os migrantes constituem em muitos casos um grupo vulnerável. Não só são penalizados com **uma protecção jurídica inadequada** em muitos países, como a sua vulnerabilidade também pode estar relacionada com **uma lista de factores económicos, sociais e institucionais adversos que impedem que os migrantes usufruam dos direitos** (Ghosh, 2003). Por exemplo, eles podem não dominar os idiomas oficiais; podem não estar familiarizados com o sistema legal e a administração do estado anfitrião; e podem estar afastados das estruturas familiares e de apoio tradicionais. A vulnerabilidade dos migrantes pode resultar na sua morte, sendo que existem numerosos artigos jornalísticos que descrevem muitos casos de migrantes afogados por irem a bordo de embarcações sem segurança ou sufocados até à morte em contentores sobrelotados que levantam questões profundas relativamente aos direitos humanos (Bhabha, 2005).

No entanto, os migrantes são uma categoria heterogénea. Nem todos estão sujeitos à mesma vulnerabilidade relativamente à protecção de outros direitos de que usufruem alguns grupos específicos (GMG, 2008). **Alguns dos migrantes mais vulneráveis são as crianças, refugiados, mulheres, inválidos, migrantes irregulares, migrantes idosos e deficientes.**

3.2 Exclusão – ocupar o espaço da “não existência”

A exclusão pode significar discriminação, que é proibida por todos os tratados relativos aos Direitos Humanos (GMG, 2008). Do mesmo modo, **a discriminação racial e xenófoba acabou por fazer parte da vida quotidiana dos migrantes, sendo documentada e não documentada** (Rodríguez, 2005).

Um estudo relativo aos migrantes Senegaleses na Costa do Marfim e na Gâmbia (Coulibaly et al., 2013) demonstra a realidade das desigualdades que os migrantes enfrentam em comparação com os cidadãos do país em áreas

essenciais, como por exemplo **a saúde e o ensino**. Por exemplo, o estudo determinou que os migrantes do Senegal na costa do Marfim e na Gambia acabam por pagar o dobro do preço para terem acesso aos serviços de saúde como penalização pelo facto de não serem cidadãos de pleno direito. Desta forma, a cidadania implica claramente a exclusão de não membros, sendo que esta exclusão pode ser descrita como um espaço “onde as pessoas estão, mas onde não existem”, aquilo a que Coutin chama *espaço de não existência* (2003).

3.3 Vulnerabilidade e exclusão relacionadas com o trabalho no sector informal

Como consequência da posição vulnerável dos migrantes e em relação com o sentimento de exclusão, em muitos casos, **os migrantes acabam por envolver-se nos sectores informais da economia, onde são sujeitos a abusos e violações dos seus direitos pelo facto de não possuírem documentos**. Para além disso, é frequente a exploração ter início ainda antes de deixarem o país de origem. Em muitos países do Sul, agências de recrutamento ilegais agem sobre os mais vulneráveis, exigindo empréstimos avultados para pagamento dos custos de preparação da viagem e do local de trabalho (Rylance, 2010).

Estes abusos a que estão sujeitos os trabalhadores migrantes estão presentes em todo o mundo, sendo difíceis de combater, uma vez que muitas empresas estão cada vez mais a deslocar as actividades de produção para o sector informal, onde os requisitos legais de remuneração e condições de trabalho não são respeitados. Uma vez que os trabalhadores sem documentos praticamente não têm poder, os seus empregadores podem pagar salários inferiores, não oferecendo qualquer segurança laboral nem protecção no local de trabalho (Mattila, 2001). Para além disso, uma vez que as violações dos direitos humanos dos migrantes no sector informal não são visíveis na esfera pública, são particularmente difíceis de monitorizar pela sociedade civil. Uma das principais medidas para proteger os direitos básicos dos trabalhadores são as **normas da OIT**. Estas normas estabelecem um nível mundial mínimo de protecção relativamente a práticas laborais desumanas através da adopção e da implementação destas medidas. Foram levadas a cabo muitas actividades para proteger os direitos dos trabalhadores pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), como por exemplo o lançamento da campanha de combate ao tráfico de pessoas, “We are all workers - We have rights and duties” (Somos todos trabalhadores - Todos temos direitos e deveres) na Jordânia, para ajudar a sensibilizar o público relativamente a esta questão (OIM, 2013).

4. Ligações entre migração, desenvolvimento e direitos humanos

Os direitos humanos foram considerados uma questão essencial para o debate relativo à migração – desenvolvimento, incluindo fóruns como o **Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento (FGMD)** anual e informal organizado pelo estado.¹¹ Não obstante, de modo semelhante ao “envolvimento” dos direitos humanos na cooperação para o desenvolvimento, os direitos humanos são frequentemente mencionados sem que sejam integrados totalmente do ponto de vista conceptual e prático. Assegurar **uma abordagem à migração e ao desenvolvimento adequada e baseada nos direitos**, significaria considerar, por exemplo, o acesso ao ensino para os migrantes não um objectivo, mas um direito. Neste caso, se os migrantes fossem impedidos de entrar em escolas ou noutros serviços sociais ou de saúde, para dar um exemplo, teriam de ter acesso efectivo a recursos.

Uma “abordagem à migração baseada nos direitos”, encontrada em referências a obrigações legais internacionais por parte de entidades estatais a convenções internacionais dos direitos humanos (consultar, por exemplo, Elias, 2010), também não foi transferida eficazmente para o debate relativo à migração e ao desenvolvimento. Esta abordagem normativa foi particularmente promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com foco sobre os direitos dos trabalhadores (Grugel e Piper, 2007).

Patrick Taran (2009) destaca a tensão entre a protecção dos direitos dos migrantes como expressão dos valores normativos em muitos estados industrializados e a lógica neoliberal inerente à maximização dos lucros que ameaça a sua real implementação na prática:

Os direitos e a protecção social acarretam custos, uma implicação que confronta a lógica da concorrência económica globalizada. As limitações no exercício dos direitos por parte dos trabalhadores migrantes estão directamente ligadas ao facto de se assegurar que o seu trabalho permanece uma vantagem competitiva. (2009: 152)

Taran indica ainda uma “maior colisão entre os sistemas de valores” (2009: 157), sendo uma abordagem baseada nos direitos e uma abordagem impulsionada pelos interesses económicos em que as esferas políticas e económicas se interceptam.

¹¹ Consultar em particular a reunião realizada sob a Presidência Mexicana em 2010: www.gfmd.org/en/docs/mexico-2010.

5. Ratificação da Convenção sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) nos países ACP

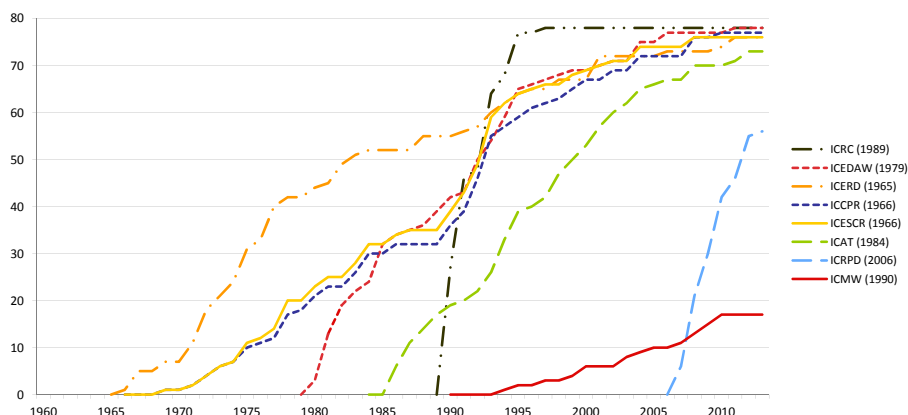
Conforme indicado, um dos principais obstáculos para a protecção dos direitos dos migrantes é a implementação e a execução dos instrumentos de direitos humanos existentes. A Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (doravante ICMW) também carece de ratificação. Esta secção abordará a ratificação da ICMW nos países ACP e o motivo pelo qual estes países demonstraram tão pouco interesse em ratificar esta convenção.

A ICMW concede aos trabalhadores migrantes e suas famílias direitos e protecção em todas as fases: preparação, recrutamento, partida e trânsito; permanência nos Estados onde estão empregados; regresso e reinstalação nos países de origem ou nos Estados de residência (Art. 1).

A ICMW abrange todo o processo de migração dos trabalhadores migrantes e membros das suas famílias. São concedidos direitos e protecção em todas as fases: preparação, recrutamento, partida e trânsito; permanência nos Estados onde estão empregados; regresso e reinstalação nos países de origem ou nos Estados de residência (Art. 1). Foi descrita por De Guchteneire e Pécoud, enquanto “uma interpretação mais precisa dos direitos humanos no caso de trabalhadores migrantes” (2009: 8). A Figura 1 representa o número de ratificações de tratados internacionais sobre direitos humanos da UN por ano nos países ACP e fornece uma ideia da atenção que esta recebeu destes estados. Relativamente à ICMW, **das 46 ratificações actualmente registadas, um total de 17 pertencem a países ACP**¹² (dados de 15 de Abril de 2013). A Figura 2 apresenta o cenário geral das ratificações dos tratados ao nível global. Comparando ambos os gráficos, pode ver-se que os países ACP não ratificam menos do que os outros países.

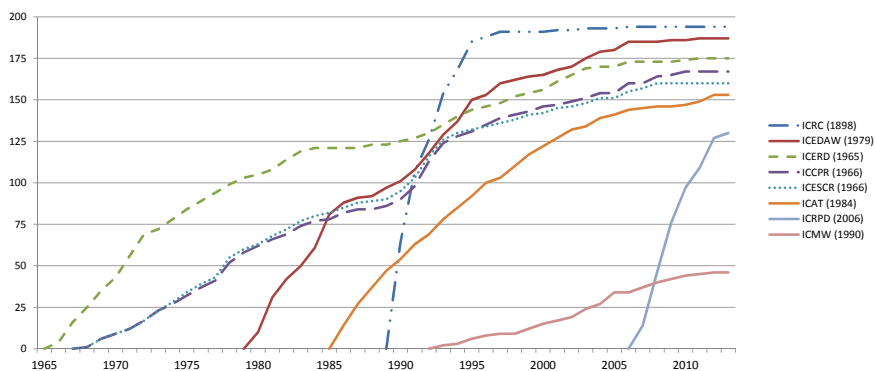
12 Estes países são: Burquina Faso, Cabo Verde, Gana, Guiana, Guiné, Jamaica, Lesoto, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Vicente e Granadinas, Seicheles, Senegal, Timor-Leste e Uganda.

Figura 1: Ratificação de tratados internacionais sobre direitos humanos nos países ACP, 1965 a 2013 em 15 de Abril de 2013 (Ratificações Cumulativas).



Fonte: Por autores com dados extraídos das Nações Unidas (sem data).

Figura 2: Ratificações de tratados internacionais sobre direitos humanos em todo o mundo, 1965 a 2011.



Fonte: Rhus (2012).

Nota: ICERD = Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; ICCPR = Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; ICESCR = Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; ICEDAW = Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; ICAT = Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; ICRC = Convenção dos Direitos da Criança; ICMW = Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias; ICRPD = Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Poderiam ser mencionados muitos motivos que clarificariam porque é que se registou esta lentidão na ratificação e implementação da ICMW nos países ACP. Um motivo a considerar é, por exemplo, que **alguns países Africanos não ratificam a ICMW porque estão mais interessados nos acordos existentes ao nível regional**. Na África Ocidental há uma série de tratados da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Estes tratados destinam-se a gerir os fluxos migratórios, assim, a ICMW é considerada redundante (uma vez que os tratados já abordam a questão dos direitos dos migrantes) ou ineficaz (uma vez que os acordos regionais apresentam uma melhor implementação). A CEDEAO inclui, por exemplo, a aquisição de cidadania comunitária e provisões para a regularização de migrantes irregulares. Não obstante, os trabalhadores migrantes sem documentos, que compõem a maioria dos migrantes em países como a Nigéria, são excluídos (Adedokun, 2003).

Na região da Ásia Pacífico, ONG bastante activas foram capazes de promover a ICMW, mas o seu conteúdo permanece pouco claro para muitos decisores políticos. **A ICMW tem muito pouca visibilidade na esfera pública, consequentemente, é frequente os estados manterem ideias incorrectas quanto ao seu impacto nas respectivas políticas e práticas no campo da migração** (Piper e Iredale, 2004). No que diz respeito aos estados das Caraíbas, estes só agora começam a compreender totalmente as implicações da dinâmica de migração existente (Barrow-Giles e Marshall, 2003) e muitos não ratificaram a ICMW apesar de se tratar de uma região onde existem muitas questões relativas à migração.

6. Estudos de casos: África, Caraíbas e Pacífico

São muitos os exemplos que se poderia indicar para ilustrar a violação dos direitos dos migrantes em todo o mundo. Esta **secção apresenta três estudos de casos relativos à migração Sul-Sul nos países de África, Pacífico e Caraíbas onde os direitos humanos e o desenvolvimento humano foram afectados de uma forma ou de outra**. Estes foram seleccionados por serem casos que ocorreram muito recentemente e porque exemplificam bem várias questões relativas aos direitos humanos, abrangendo vários tipos de migração: desde migrantes deslocados internamente devido a catástrofes naturais, como no caso de Papua Nova-Guiné, apátridas na República Dominicana a vítimas de tráfico de seres humanos no Gabão. Esta selecção não significa de forma alguma que os países mencionados são os únicos que se debatem com a adesão e implementação de normas sobre os Direitos Humanos.

6.1 Pacífico: Pessoas deslocadas internamente (IDP) da Ilha de Mana, Papua Nova Guiné

Há falta de informações fiáveis sobre o número de pessoas deslocadas devido a catástrofes naturais e sobre as questões relacionadas com os direitos humanos (OHCHR, 2011). O estudo de caso apresentado exemplifica algumas das questões relacionadas com os direitos humanos que as pessoas deslocadas internamente na Papua Nova Guiné (PNG) enfrentam depois de terem sido evacuadas da sua ilha. Isto deveu-se à erupção vulcânica de 2004, que deu origem ao deslocamento de 9000 habitantes no total da Ilha de Mana. A população desta ilha foi enviada para campos sem possibilidade de regressar, uma vez que em 2005 85% da ilha estava coberta de cinza. O vulcão ainda está activo actualmente, tendo a erupção mais recente decorrido em Janeiro de 2013 (Dawnport, 2013). **As principais preocupações relativamente aos direitos humanos são as condições em que as pessoas deslocadas vivem e os problemas que têm de enfrentar, como por exemplo a violência e discriminação com base no género, abuso sexual e violência doméstica, bem como colisões com a comunidade local que reclama a terra como sua** (OHCHR, 2011). Todas estas questões tendem a piorar à medida que o tempo passa. Existe o sério risco de situações de deslocamentos prolongados darem origem a questões mais graves relativamente aos direitos, tais como a falta de acesso a serviços básicos (por exemplo saúde e ensino).



Evacuação da Ilha de Mana, PNG

6.2 Caraíbas: Descendentes Haitianos na República Dominicana – um caso de apatridia

A maior parte dos Haitianos que chegaram primeiro à República Dominicana migraram em busca de trabalho nas plantações da cana do açúcar. Os trabalhadores Haitianos foram descritos como a “espinha dorsal” da riqueza da República Dominicana (Wooding e Moseley-Williams, 2004: 88).

Os descendentes Haitianos variam entre imigrantes Haitianos que viveram na República Dominicana durante várias décadas, “Haitianos-Dominicanos” de segunda e terceira geração, descendentes de Haitianos nascidos na República

Dominicana (Wooding e Moseley-Williams, 2004: 16). **Uma das principais preocupações no país consiste no não reconhecimento da nacionalidade de alguns destes descendentes de Haitianos, que nasceram na República Dominicana, e no facto de não terem cidadania Haitiana.** A negação da nacionalidade e a apatridia¹³ deram origem a muitos conflitos, uma vez que se trata de negar o direito à igualdade perante a lei, a um nome e ao reconhecimento da respectiva personalidade jurídica, direitos definidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ratificada pela República Dominicana (Wooding, 2006).



“Se não sou daqui, de onde sou?”¹⁴

6.3 África: Tráfico de trabalhadores migrantes Nigerianos no Gabão

Praticamente não foram elaborados relatórios relativamente à situação das vítimas de tráfico de pessoas no Gabão. **Este país é sobretudo considerado um país de destino para vítimas de tráfico de seres humanos.** O Departamento de Estado dos EUA coloca o Gabão no Nível 2,¹⁵ o que significa que é um país cujo governo não está totalmente em conformidade com as normas mínimas do US Trafficking Victims Protection Act (Lei dos EUA relativa à protecção das vítimas de tráfico),¹⁶ mas está a desenvolver esforços significativos para agir em conformidade com as normas em causa. **Muitos dos migrantes vítimas de tráfico de pessoas para o Gabão são de países da África Ocidental e a maior parte chega do Benim, Togo, Nigéria e Guiné** (Departamento de Estado dos EUA, 2012). Geralmente, as vítimas são traficadas para o país por barco, desembarcando em praias desertas. Por vezes, a viagem que alguns destes

¹³ De acordo com a ACNUR, existem pelo menos 12 milhões de apátridas em todo o mundo que precisam de se tornar cidadãos.

¹⁴ Fonte: www.dominicantoday.com/dr/local/2012/10/31/45608/Dominican-official-slams-Human-Rights-body-on-stateless-Haitians (acedido em 5 de Abril de 2013).

¹⁵ A classificação dos níveis baseia-se mais na profundidade da acção do governo no combate ao tráfico do que na dimensão do problema. O Departamento dos EUA coloca cada país no Relatório TIP (2012: 37) num dos quatro níveis existentes.

¹⁶ Relativamente às normas mínimas do TVPA, consultar: www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2011/164236.htm.

migrantes fazem de barco tem um final trágico, como foi o caso do barco recentemente encontrado na costa da Nigéria, que transportava 166 migrantes e dos quais mais de 40 morreram.¹⁷

No caso dos Nigerianos, a grande maioria das vítimas de tráfico são trabalhadores migrantes que optaram originalmente por sair da Nigéria em busca de uma vida melhor, mas as restrições impostas à imigração não lhes permitiram fazê-lo de forma regular, legal e transparente, por isso, recorreram a traficantes para facilitar a viagem e a colocação num posto de trabalho no estrangeiro (Nwogu, 2006). Geralmente, as raparigas vítimas de tráfico de pessoas para o Gabão trabalham como empregadas domésticas, vendedoras no mercado e empregadas de restaurantes (Departamento de Estado dos EUA, 2012). De um modo geral, a dimensão do tráfico de migrantes necessita da protecção legal dos direitos dos trabalhadores migrantes.

7. Conclusões, recomendações e boas práticas

Nos países ACP e noutros países desenvolvidos e em desenvolvimento, **as questões relativas aos direitos humanos não são específicas dos migrantes, representando uma preocupação geral.** Assim, pode ser mais válido abordar, por exemplo, os direitos dos trabalhadores de forma holística, mantendo em mente a vulnerabilidade específica dos trabalhadores migrantes ao conceber instrumentos específicos para fazer cumprir as leis e obrigações internacionais existentes (Melde, 2011).

Adicionalmente, é importante compreender que **os direitos dos migrantes não são importantes apenas devido à necessidade e à obrigação de proteger um ser humano individual, mas também devido à ligação que os migrantes têm com o desenvolvimento.** Reconheceu-se que **sem a protecção dos direitos humanos, o potencial de desenvolvimento humano da migração será prejudicado**, mesmo que esta pretensão ainda esteja longe de ser uma realidade actualmente.

Uma vez que os fluxos migratórios Sul-Sul são superiores aos fluxos Sul-Norte (Hujo e Piper,

Sem a protecção dos direitos humanos, o potencial de desenvolvimento humano da migração será prejudicado.






É muito importante que o Grupo de Estados ACP defina as suas preferências para a protecção dos direitos dos migrantes, no país de origem, em trânsito e no país de destino.

17 Artigo da Reuters: *Sunk Nigerian boat was carrying trafficked migrants: survivors* por Akpan, A. e Sotunde, Afolabi (2013). Disponível em: www.reuters.com/article/2013/03/20/us-nigeria-accident-idUSBRE92J1C720130320 (Acedido em 7 de Abril de 2013).

2007), é muito importante que o Grupo de Estados ACP defina as suas preferências para a protecção dos direitos dos migrantes, no país de origem, em trânsito e no país de destino. O **nível regional** parece ser de particular importância, em termos de estruturas de direitos humanos regionais e tendo em conta que praticamente as seis regiões ACP consideraram ou elaboraram protocolos de livre circulação. Não obstante, estes protocolos não substituem as obrigações de Direitos Humanos, simplesmente representam uma estrutura legal específica para a circulação.



As principais recomendações são:

7.1 Estrutura legal




-  Não é necessário ter mais instrumentos legais internacionais para proteger os direitos dos migrantes, mas há uma necessidade urgente de intensificar os esforços para assegurar que os compromissos para com os Direitos Humanos que os Estados assumiram ao nível internacional são **devidamente implementados** ao nível legislativo nacional (GMG, 2008: 25).
-  É necessário **harmonizar a legislação nacional** com os acordos internacionais relevantes e com os protocolos de livre circulação regionais (Coulialy et al., 2013)
-  Os acordos regionais ou bilaterais, tais como a CEDEAO, não fornecem uma estrutura abrangente para a protecção dos direitos dos migrantes, por isso, não podem ser considerados substitutos da **Convenção Internacional sobre os Trabalhadores Migrantes** ou outros instrumentos legais internacionais ou regionais relativos aos direitos (Cholewinski, 1997).
-  **A dupla cidadania** deve ser incentivada para proteger os direitos dos migrantes e apoiar a sua integração nos países de destino, mantendo as ligações ao país de origem. Do mesmo modo, poderia contribuir para o desenvolvimento no país de origem de várias formas; facilitando a mobilidade laboral transfronteiriça e aumentando os fluxos de entrada de remessas (Nalane et al., 2012; Oucho et al., 2013). Para além disso, a dupla cidadania pode permitir uma maior participação política por parte da diáspora, assegurando o **direito ao voto** (Marcelino et al., 2013).
-  **Boa prática:** Relativamente ao caso dos migrantes laborais, que correspondem a uma grande parte da migração actual e estão directa ou indirectamente ligados ao mundo do trabalho (OIT, 2004), uma boa prática para o tratamento da questão consiste nas **leis da migração do Ruanda** (Lei da Imigração, 2006), que é o Estado considerando como tendo a legislação

relativa à imigração mais abrangente e versátil dos países da Comunidade da África Oriental, regulamentando o trabalho dos cidadãos nacionais e estrangeiros no país. A legislação do Ruanda não concede tratamento preferencial a cidadãos nacionais ou estrangeiros, tratando os cidadãos nacionais e estrangeiros, bem como migrantes internos e internacionais sem discriminação (Oucho et al., 2013).

7.2 Aumentar a consciencialização relativamente aos Direitos Humanos dos Migrantes

-  Pode existir agora uma oportunidade de **colocar os direitos humanos dos migrantes no topo da agenda** através de debates internacionais a realizar, tais como o Diálogo de Alto Nível da ONU sobre Migração e Desenvolvimento em Outubro de 2013 e a edição anual do *Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento*.
-  Para proteger os direitos dos migrantes, é muito importante que os próprios compreendam plenamente que direitos lhes assistem e conheçam bem a situação em que se encontram (Mehta e Gupte, 2003). **As ONG e associações de migrantes**, tais como associações Senegalesas na Gâmbia e na Costa do Marfim, costumam desempenhar um papel de destaque na **consciencialização dos migrantes**.

7.3 Cooperação entre intervenientes e investigação

-  **A cooperação** entre Governos de países de origem, trânsito e destino, sociedade civil e migrantes é essencial para **assegurar que os Instrumentos de Direitos Humanos internacionais são implementados** (GMG, 2008).
-  Para proteger os migrantes contra a vulnerabilidade e exclusão, um exemplo poderia ser se as associações de migrantes pudessem estabelecer **sistemas de seguro de saúde e protecção social voluntários** para os migrantes que, na sua vasta maioria, participam no mercado laboral informal (Coulibaly et al., 2013). No entanto, é necessário ter em mente que a provisão destes serviços continua a ser da responsabilidade do Estado.
-  Para além disso, **é necessário proceder à investigação na área dos direitos humanos e da migração, bem como a sua ligação ao desenvolvimento**. Um estudo relativo às diásporas Nigerianas (Olatuyi et al., 2013) propôs que é necessário mais envolvimento do Estado para procurar medidas adequadas para abordar o tema da violação dos direitos das diásporas na comunidade anfitriã, no sentido de apoiar a sua participação no desenvolvimento dos respectivos países.

8. Referências e documentação adicional

Adedokun, O.

- 2003 *The rights of migrant workers and members of their families: Nigeria*, UNESCO Series of Country Reports on the Ratification of the UN Convention on Migrants. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139534e.pdf>.

Alston, P.

- 2005 Ships Passing in the Night: The Current State of the Human Rights and Development Debate Seen Through the Lens of the Millennium Development Goals, *Human Rights Quarterly* 27: 755-829.

Banco Mundial

- 2011 *Migration and Remittances Factbook 2011*. Banco Mundial. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/migration-and-remittances> [acessado em 9 de Abril de 2013].

Barrow-Giles, C. e D. Marshall

- 2003 *Living at the borderlines: issues in Caribbean sovereignty and development*. Ian Randle Publishers: Jamaica.

Basok, T., S. Ilcan e J. Noonan

- 2006 Citizenship, Human Rights, and Social Justice, *Citizenship Studies* 10 (3): 267-273.

Bhabha, J.

- 2005 Trafficking, Smuggling, and Human Rights. Migration information source.

Chappell, L. e D. Sriskandarajah

- 2007 Mapping the development impacts of migration, *Development on the Move: Working Paper 1*. Ippr: London. Disponível em: <http://depot.gdnet.org/cms/files/Impact%20map.pdf>.

Chetail, V.

- 2012 Sources of international migration law. In: *Foundations of International Migration Law* (Opeskin, B., Perruchoud, R. e Redpath-Cross, J., eds.). Cambridge University Press: Cambridge, 56-92.

Cholewinski, R. I.

- 1997 *Migrant Workers in International Human Rights Law: Their Protection in Countries of Employment*. Clarendon Press: Oxford.

Coulibaly, O. K., A. Dioh, A. A. Samb e S. M. Tall

- 2013 *Protection et respect des droits des migrants sénégalais à l'étranger*. Observatório das Migrações ACP/OIM.

Coutin, S.

- 2003 *Borderlands, Illegality and the Spaces of Non-existence*. Em: *Globalization and Governmentalities*, (Perry, R. e Maurer, B., eds.). University of Minnesota Press, 171-202.

Crush, J.

- 2001 *The Dark Side of Democracy: Migration, Xenophobia and Human Rights in South Africa*. Em: *The Human Rights of Migrants*. OIM e ONU: Geneva.

Dawnport, A.

- 2013 *Activity at Manam Volcano*. *World View* 2 (13). DigitalGlobe.

de Guchteneire, P. e A. Pécoud

- 2009 *Introduction: The UN convention on migrant workers' rights*. Em: *Migration and human rights* (P. de Guchteneire, A. Pécoud, e R. Cholewinski, eds.). Cambridge University Press: Cambridge, 1-46.

Departamento de Estado dos Estados Unidos

- 2012 *Trafficking in Persons Report 2012*. Disponível em: www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2012/.

Elias, J.

- 2010 *Making migrant domestic work visible: The rights based approach to migration and the "challenges of social reproduction"*, *Review of International Political Economy* 17 (5): 840-859.

Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH)

- 2009 *Guide on Ratification. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families*. Disponível em: www.unhcr.org/refworld/docid/4a09710a2.html [acessado em 11 Abril 2013].
- 2011 *Discussion Paper. Protecting the Human Rights of Internally Displaced Persons in Natural Disasters: Challenges in the Pacific*. EACDH: Fiji.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

- 2006 *Nwosu, F.N. A new life for Jane*. Nigeria. Disponível em: www.unicef.org/nigeria/media_2270.html [acessado em 05 Abril 2013].

Ghosh, B.

- 2003 The Human Rights of Migrants: Strategies for moving forward. *Society for International Development* 46 (3), 21–29.

Global Commission on International Migration (GCIM)

- 2004 Migration, Human Rights and the United Nations: An Investigation Into the Low Ratification Record of the UN Migrant Workers Convention, *Global Migration Perspectives*, No. 3. Disponível em: www.unhcr.org/refworld/docid/42ce46a74.html [acessado em 14 de Abril de 2013]

Global Migration Group

- 2008 International Migration and Human Rights. Challenges and Opportunities on the Threshold of the 60th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2010/int_migration_human_rights.pdf.

Goodwin-Gill, G.

- 2000 Migration: International Law and Human Rights. Em: *Managing Migration: Time for a New International Regime* (Ghosh, B., ed.). Oxford University Press: Oxford.

Grant, S.

- 2005 *Migrant's human rights: from the margin to the mainstream*. Disponível em: www.history.ucsb.edu/projects/labor/documents/Grant_MigrantsHumanRights.pdf.

Grugel, J. e N. Piper

- 2007 *Critical Perspectives on Global Governance: Rights and Regulation in Governing Regimes*. Routledge: Londres.

Hafner-Burton, E. M. e K. Tsutsui

- 2005 Human Rights in a Globalizing World: The Paradox of Empty Promises, *American Journal of Sociology* 110 (5): 1373-1411.

Hamm, B. I.

- 2001 A Human Rights Approach to Development, *Human Rights Quarterly* 23: 1005-1031.

Hujo, K. e N. Piper

- 2007 South-South Migration: Challenges for development and social policy. *Development, suppl. Migration and Development* 50(4): 19-25.

International Council on Human Rights Policy

- 2010 *Irregular Migration, Migrant Smuggling and Human Rights: Towards Coherence*. ICHRP: Genebra.

Lilich, R.

- 1984 *The Human Rights of Aliens in Contemporary International Law*. Manchester University Press: Manchester.

Linard, A.

- 1998 *Migration and Globalisation – The New Slaves*, International Confederation of Free Trade Unions, Julho, Bruxelas.

Marcelino, P., M. Bullard, P. Cernadas, N. Mazzaglia, R. Navia, M. Pereira, A. Salas et M. Stillo

- 2013 *Si proches et si lointaines: les diasporas haïtiennes aux Caraïbes*. Observatório das Migrações ACP/OIM.

Mattila, H. S.

- 2001 Protection of Migrants' Human Rights: Principles and Practice. In: *The Human Rights of Migrants*. OIM e ONU: Genebra.

Mehta, L. e J. Gupte

- 2003 *Whose Needs are Right? Refugees, Oustees and the Challenges of Rights-Based Approaches in Forced Migration*. Working Paper T4. Institute of Development Studies: Sussex.

Melde, S.

- 2012 *Indicadores do impacto da migração sobre o desenvolvimento humano e vice-versa*. Observatório das Migrações ACP/OIM: Bruxelas.
- 2011 Opportunities and challenges of South-South labour migration, Background paper, Thematic meeting on *From evidence to action – Facilitating South-South labour migration for development*, Abuja, Nigeria, Global Forum on Migration and Development.

Nalane, L. J., A. Chikanda e J. Crush

- 2012 *The remittances framework in Lesotho: Assessment of policies and programmes promoting the multiplier effect*. Observatório das Migrações ACP/OIM. Disponível em: www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Remittances-Framework-Lesotho-FINAL.pdf.

Nwogu, V.

- 2006 Nigeria: Human Trafficking and Migration. *Forced Migration Review* 25. Refugee Studies Center of the University of Oxford e Norwegian Refugee Council.

- 2009 *Access to Justice for Victims of Trafficking; a Handbook for Law Enforcement Officers and Service Providers*, a joint project of GAATW, UNIFEM and the Nigerian Agency for the Prohibition of Trafficking in Persons (NAPTIP) (co-autor e editor).

Olatuyi, A, Y. Awoyinka e A. Adeniyi

- 2013 *Engaging Nigerian diasporas in the South in participating in and promoting development in Nigeria*. Observatório das Migrações ACP/OIM.

Organização das Nações Unidas (ONU)

- n.d. *Treaty collection: Chapter 4. Human rights*. Disponível em: <http://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- 2004 *Résolution concernant une approche équitable pour les travailleurs migrants dans une économie mondialisée*. Disponível em: www.ilo.org/public/french/support/lib/resource/subject/lmres2004.pdf.
- n.d. *International standards for the protection of migrant workers*. Disponível em: www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/r3-1b1.htm.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2013 *We are all Workers - We have Rights and Duties*. IOM Middle East and North Africa Flash Reports. Disponível em: www.iom.int/files/live/sites/iom/files/Country/docs/iom-middle-east-and-north-africa.html.

Oucho, J., L. Oucho e A. Ong'ayo

- 2013 *The Biggest Fish in the Sea? Dynamic Kenyan labour migration in the East African Community*. Observatório das Migrações ACP/OIM. Disponível em: www.acpmigration-obs.org/node/7313.

Piper, N.

- 2009 Obstacles to, and opportunities for, ratification of the ICRMW in Asia. In: *Migration and Human Rights* (de Guchteneire, P., Pécoud, A. e Cholewinski, R. eds.). Cambridge University Press: Cambridge, 171-192.

Piper, N. e R. Iredale

- 2009 *Identification of the Obstacles to the Signing and Ratification of the UN Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers: The Asia Pacific Perspective*. APMRN Working Paper 14. The APMRN Secretariat, University of Wollongong: Australia.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- 2000 *Human Rights and Human Development*. Human Development Report 2000. PNUD: New York.

Rodríguez, G.

- 2005 Derechos de los/las migrantes y gobernabilidad migratoria, In: *Migraciones: reflexiones y propuestas de la sociedad civil. Memorias de la Jornada hemisférica sobre políticas migratorias* (Ruiz, M. ed.). Centro de Documentación en Derechos Humanos Segundo Montes Mozo S. J. (CSMM): Quito.

Ruhs, M.

- 2012 The Human Rights of Migrant Workers: Why Do So Few Countries Care? *American Behavioral Scientist* 56(9): 1277-1293.

Rylance, S.

- 2010 *Vulnerable workers, vulnerable brands: migrants in the supply chain*. Institute for Human Rights and Business. Disponível em: www.ihrb.org/commentary/guest/vulnerable_workers_vulnerable_brands-migrants_in_the_supply_chain.html [acessado em 10 de Abril de 2013].

Sano, H.-O.

- 2000 Development and Human Rights: The Necessary, but Partial Integration of Human Rights and Development, *Human Rights Quarterly* 22: 734-752.

Sen, A.

- 2005 Human Rights and Capabilities, *Journal of Human Development* 6 (2): 151-166.

Siciliano, A.L.

- 2012 The role of the Universalization of Human Rights and Migration in the Formation of a new Global Governance. *International journal on human rights* 9(16): 109-125.

Stalker, P.

- 2000 *Workers Without Frontiers*. International Labour Organization: Genebra.

Taran, P.

- 1998 *Globalization, Migration, and Human Rights: Broken Keys to the 21st Century?* 5th International Conference on Health and Human Rights, Cidade do Cabo, África do Sul, Dezembro.

- 2000 Human Rights of Migrants: Challenges of a New Decade. *International Migration* 38(6). Malden, USA.
- 2009 The need for a rights-based approach to migration in the age of globalization. Em: *Migration and Human Rights. The United Nations Convention on Migrant Workers' Rights* (de Guchteneire, P., Pécoud, A. e Cholewinski, R., eds.). UNESCO e Cambridge University Press: Paris e Cambridge, 150-168.

Weissbrodt, D. e M. Divine

- 2012 International human rights of migrants. Em: *Foundations of International Migration Law* (Opeskin, B., Perruchoud, R. e Redpath-Cross, J. eds.). Cambridge University Press: Cambridge, 152-176.

Wooding, B.

- 2009 Contesting discrimination and statelessness in the Dominican Republic. *Forced Migration Review* 32, 23-24. Disponível em: www.fmreview.org/FMRpdfs/FMR32/23-25.pdf.

Wooding, B. e R. Moseley-Williams

- 2004 *Needed but unwanted: Haitian immigrants and their descendants in the Dominican Republic*. Catholic Institute for International Relations: UK.

